

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 14 a 17 de abril, em Brasília.

## RITMO REDUZIDO NO CONGRESSO, SABATINAS DE AGÊNCIAS REGULADORAS, MCOM INDEFINIDO & EXPECTATIVA DE REFORMA MINISTERIAL

**Feriado diminui ritmo, mas não paralisa atividades na Câmara.** Apesar do feriado da Semana Santa, a Câmara dos Deputados mantém parte de suas atividades. O presidente **Hugo Motta** (REP/PB) convocou Sessão Deliberativa de Plenário para esta segunda (14). Entre as propostas na pauta, destaca-se o [PL 2583/2020](#) (*Estratégia Nacional de Saúde*). A expectativa, no entanto, é de que apenas matérias com acordo entre as bancadas sejam deliberadas. Nas Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde cancelou reunião deliberativa que estava agendada para esta terça (15) – *movimento que pode acabar se repetindo em outras Comissões*.

**No Senado, semana será sem votações.** Enquanto a Câmara mantém sessão com pauta consensual, o presidente **Davi Alcolumbre** (UNIÃO/AP) não convocou Sessões Deliberativas de Plenário nesta semana. A expectativa é de que, após o feriado, tenham início as articulações com líderes do governo para definir a pauta da sessão do Congresso marcada para 27 de maio, que analisará vetos presidenciais.

**Expectativas para sabatinas das agências reguladoras.** As sabatinas dos indicados pelo governo para uma série de agências reguladoras seguem ainda indefinidas no Senado. O Governo espera fechar a lista de indicados ainda nesta

semana para que o Senado avance com as sabatinas e aprovações até o início de maio.

**Futuro do Ministério das Comunicações.** O deputado **Pedro Lucas Fernandes** (UNIÃO/MA) segue como o principal cotado para assumir o Ministério das Comunicações (MCOM), após a saída de **Juscelino Filho**. Apesar da especulação intensa nos bastidores, o parlamentar ainda não confirmou publicamente se aceitará a nomeação, mantendo o cenário indefinido. A hesitação está relacionada à pressão de uma ala do União Brasil que defende o distanciamento do governo Lula e enxerga na rejeição ao ministério uma oportunidade para reforçar esse movimento. A nomeação, no entanto, é vista como estratégica para o governo, que busca fortalecer sua relação com o União Brasil e garantir maior coesão na base aliada.

**Reforma ministerial volta ao radar.** A saída de Juscelino Filho do Ministério das Comunicações reacendeu as discussões sobre uma possível reforma ministerial no governo Lula. O tema voltou à mesa do presidente como parte de uma tentativa de reorganizar o espaço político na Esplanada, especialmente diante das tensões com partidos de centro. A reformulação pode envolver não apenas a escolha do novo titular do MCOM, mas também ajustes em outras pastas ocupadas por indicações partidárias, em busca de maior estabilidade na base aliada. Até o momento, o presidente avalia cenários e interlocutores, sem cravar datas ou nomes para novas nomeações.

## Destaque da Semana

### Segunda

- Simpósio de **Cooperação Econômica e Comercial de Wuxi (China)**, voltado para ambientes de inovação interessados em expandir suas fronteiras, em São Paulo.
- Cerimônia de **inauguração da Nova Sede da Unidade de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense** (UFF Campos), em Goytacazes (RJ), com participação do presidente Lula e do ministro **Camilo Santana** (Educação)

- Webinar “**Selo Climático ESG Anatel-BID**”, promovido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O evento apresentará os principais *insights* do *benchmark* internacional sobre investimento climático sustentável no setor de telecomunicações.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do presidente** – **Luiz Inácio Lula da Silva** reuniu-se, nesta segunda (14), com o ministro **Sidônio Palmeira** (Secretaria de Comunicação Social), e com o Secretário de Imprensa da Secretaria de Comunicação Social, **Laércio Portela**. Após, reuniu-se com a ministra **Marina Silva** (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e, logo depois, com o ministro **Rui Costa** (Casa Civil). Também recebeu o ministro **Carlos Fávaro** (Agricultura e Pecuária).

Ademais, assinou decreto que determina as condições para os estados aderirem ao **Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados** (Propag). Ainda, participou da cerimônia de **inauguração da Nova Sede da Unidade de Campos dos Goytacazes** da Universidade Federal Fluminense (UFF Campos), em Goytacazes (RJ), juntamente com o ministro **Camilo Santana** (Educação).

Na terça (15), visita as obras da **rodovia Presidente Dutra**, na Serra das Araras (RJ) e participa do **lançamento industrial da Nissan**, empresa japonesa do setor automotivo, em Resende (RJ).

### Casa Civil

**Agenda do ministro** – **Rui Costa** reuniu-se, nesta segunda (14), com o presidente Lula. Ainda, participou de cerimônia de assinatura do decreto que determina as condições para os estados aderirem ao **Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados** (Propag).

**SRI**  
Secretaria de Relações  
Institucionais

**Agenda da ministra** – **Gleisi Hoffmann** visitou, neste sábado (12), o deputado **Glauber Braga** (PSOL/RJ), na Câmara dos Deputados.

**Secom**  
Secretaria de Comunicação  
Social

**Agenda ministerial** – **Sidônio Cardoso Palmeira** visitou, neste sábado (12), o deputado **Glauber Braga** (PSOL/RJ), na Câmara dos Deputados.

Na segunda (14), reuniu-se com o presidente **Lula** e com o Secretário de Imprensa da Secretaria de Comunicação Social, **Laércio Portela**.

**MAPA**  
Ministério da Agricultura e  
Pecuária

**Agenda do ministro** – **Carlos Fávaro** reuniu-se, nesta segunda (14), com o presidente Lula.

**MCTI**  
Ministério da Ciência,  
Tecnologia e Inovações

**Agenda da ministra** – **Luciana Santos** reuniu-se, nesta segunda (14), com o Prefeito de Belo Horizonte, **Álvaro Damiano** (UNIÃO). Além disso, participou do evento de lançamento do **Programa Mais Ciência na Escola em Minas**

**Gerais**, que visa implementar laboratórios em escolas públicas, estaduais e municipais.

**MEC**  
Ministério da Educação

**Agenda do ministro** – **Camilo Santana** participou, nesta segunda (14), da cerimônia de **inauguração da Nova Sede da Unidade de Campos dos Goytacazes** da Universidade Federal Fluminense (**UFF Campos**), em Goytacazes (RJ).

**MF**  
Ministério da Fazenda

**Agenda do ministro** – **Fernando Haddad** reuniu-se, nesta segunda (14), com **Ana Botín**, presidente global do Santander, **Mário Leão**, presidente; **Maitê Leite**, vice-presidente, e **Silvia Menicucci**, *head* de Relações Institucionais e Governamentais do Santander. Além disso, participou de almoço com o ministro **Mauro Vieira** (Relações Exteriores). Ainda, teve reunião com **Igor Calvet**, presidente executivo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

**BACEN**  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente** – **Gabriel Galípolo** participou, nesta segunda (14), por videoconferência, de reunião do **Banco de Compensações Internacionais (BIS)**, na sigla em inglês).

**Agenda dos diretores** – os diretores de Política Econômica, **Diogo Guillen**; de Política Monetária, **Nilton David**, e de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, **Renato Gomes**, participaram, nesta segunda (14), de mais duas rodadas das reuniões trimestrais com economistas.

Guillen ainda teve reunião com economistas da Kínitro Capital e da Adam Capital. Já David se encontrou com representantes da Mitsubishi Corporation do Brasil.

O diretor Renato Gomes teve audiência com o CFO do Nubank, **Guilherme do Lago**, o diretor de políticas públicas, **Eduardo Lopes**; o tax *senior* diretor, **Carlos Scharfstein**, e a diretora global de *corporate affairs*, **Beatriz Outeiro**. Depois, Gomes e o diretor de Regulação, **Gilneu Vivian**, se reuniram com representantes da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda e com o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (**CVM**), **João Pedro Nascimento**.

Antes disso, Vivian ainda se reuniu com representantes da Secretária-Geral da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (**MDA**), da Contraf Brasil e da Federação da Agricultura e Pecuária de Sergipe. Depois, se reuniu com o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalho, **Lúcio Capelletto**.

O diretor de Fiscalização, **Ailton de Aquino Santos**, teve reunião com o diretor-presidente da Núcleo, **André Daré**, a vice-presidente de financeiro, jurídico e RI, **Joyce Saika**; o vice-presidente de negócios, **Rodrigo Furiato**, e a diretora de riscos, *compliance* e controles internos, **Keli Reis**.

Os demais diretores têm previsão de despachos internos.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2025 permaneceu em **US\$ 75,00 bilhões** de resultado positivo.

	<p><b>Boletim Focus</b> – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano permaneceu em <b>5,65%</b> pela terceira semana seguida. No caso do PIB 2025, os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de crescimento para <b>1,98%</b>. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em <b>15,00</b> pela décima quarta semana seguida. A projeção para a taxa de câmbio do dólar permaneceu em <b>5,90</b>.</p>
<b>Secretaria-Executiva</b>	<p><b>Agenda do secretário-executivo</b> – <b>Dario Durigan</b> participou, nesta segunda (14), de reunião com o ministro <b>Fernando Haddad</b> (Fazenda) e <b>Ana Botín</b>, Presidente Global do Santander. Também participou da reunião do ministro Haddad com <b>Igor Calvet</b>, presidente executivo da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (<b>ANFAVEA</b>) e de coletiva de imprensa técnica sobre a regulamentação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (<b>PROPAG</b>).</p>
<b>CVM</b> Comissão de Valores Mobiliários	<p><b>Agenda do presidente</b> – <b>João Pedro Nascimento</b> reuniu-se, nesta segunda (14), com o diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, <b>Renato Gomes</b>, e com o diretor de Regulação, <b>Gilneu Vivan</b>.</p>
<b>MGI</b> Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	<p><b>Agenda ministerial</b> – <b>Esther Dweck</b> proferiu, nesta segunda (14), <b>Aula Magna da Universidade Federal do Rio de Janeiro</b>, com o tema: “Transformação do Estado Brasileiro para o século XXI”.</p>
<b>MJSP</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública	
<b>ANPD</b> Autoridade Nacional de Proteção de Dados	<p>Está prevista para quarta (16) uma <b>Reunião Técnica do Conselho Diretor</b>, cuja pauta ainda não foi divulgada.</p>

## Poder Legislativo

<b>Câmara dos Deputados</b>	<p>O <b>Plenário da Câmara dos Deputados</b> poderá apreciar nesta semana, dentre outros, o <a href="#">PL 6969/2013</a> (<i>Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro – PNCMar</i>), o <a href="#">PL 2583/2020</a> (<i>Institui a Estratégia Nacional de Saúde</i>), o <a href="#">PL 3899/2012</a> (<i>Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis</i>), e o <a href="#">PL 3224/2024</a> (<i>Institui a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital, uso ponderado e responsável de jogos eletrônicos, redes sociais</i>).</p>
<b>Senado Federal</b>	<p>O <b>Plenário do Senado Federal</b> não deve realizar sessão deliberativa essa semana, em virtude do feriado.</p>

## Política

**Embates nos estados travam federação entre PP e União Brasil.** A negociação para formação de uma federação entre PP e União Brasil avança na cúpula dos dois partidos, mas enfrenta entraves em ao menos 13 estados, em um cenário que pode ter consequências nas eleições de 2026. Nas federações partidárias, as legendas que se associam são obrigadas a atuar de forma unitária ao menos nos quatro anos seguintes às eleições, nos níveis federal, estadual e municipal, sob pena de sofrerem punições. É um modelo diferente das coligações, que foram vetadas em eleições proporcionais. Se concretizada, a federação PP-União poderá ter um fundo eleitoral de mais de R\$ 1 bilhão em 2026. O nome mais cotado para presidir a junção é o de Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara. Pelo desenho inicial, o PP comandaria a federação em nove estados, o União Brasil, em outros nove e, nos últimos nove, foi formatado uma espécie de duplo comando liderado pelos diretórios nacionais, a quem caberá mediar as disputas entre os partidos e buscar decisões por consenso. Os embates alcançam ao menos 13 estados e incluem a disputa pela liderança da federação e caminhos distintos projetados para 2026, além de estados em que partidos possuem pré-candidatos competitivos ao governo. A federação recebeu sinalização positiva no PP e aguarda uma decisão do União Brasil. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

**PL protocola pedido de urgência para projeto da anistia com 262 assinaturas.** O PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, protocolou no sistema da Câmara dos Deputados o requerimento de urgência pedindo a votação do projeto de lei que anistia acusado e condenados pela participação na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. O partido conseguiu 262 assinaturas válidas. Para que o requerimento fosse considerado como elegível para votação, eram necessárias 257 assinaturas de deputados apoiando. Mesmo com o número de assinaturas alcançadas, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não é obrigado a colocá-lo em votação. As assinaturas são apenas uma forma de demonstrar apoio a matéria. Na semana passada, Motta afirmou que não pautaria propostas que pudessem gerar “crises institucionais”. Aos líderes mais próximos disse que “não é o momento” para avançar com a proposta. [Fonte:](#) O Globo

**Emendas parlamentares superam orçamento livre somado de 30 ministérios e esvaziam poder de Lula.** O valor das emendas parlamentares aprovadas para 2025, de R\$ 50,4 bilhões, ultrapassa a soma dos recursos livres para investimentos de 30 dos 39 ministérios. O crescimento dessas verbas fortalece o Congresso e esvazia o poder das pastas como moeda de troca política, alterando a dinâmica da articulação do governo: se antes um ministério representava acesso privilegiado a verbas e influência no Planalto, hoje deputados e senadores controlam diretamente bilhões para suas bases, reduzindo a dependência do Executivo e enfraquecendo o poder de barganha de Lula. O petista enfrenta resistência de partidos do Centrão, como PP e PSD, para garantir apoio político de olho nas eleições presidenciais de 2026 – mesmo diante da possibilidade de oferta de mais espaço no governo por meio de cargos ministeriais. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

## Economia

**Governo atualiza regras para isenção de Imposto de Renda sobre rendimentos pagos a residentes no exterior.** A alteração promovida pelo [Decreto nº 12.429, de 2025](#), teve como objetivo a transferência para a RFB da competência pela gestão de sistema de registro das operações de promoção no exterior de produtos e serviços brasileiros com benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto de Renda sobre a remessa de pagamento. O Decreto busca racionalizar a atuação da Administração no que se refere ao benefício fiscal, promovendo unificação institucional entre os responsáveis pelo registro da operação e pelo controle fiscal

relativo à redução do imposto. A proposta também revoga dispositivo que continha menção expressa ao registro de operações no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - Siscoserv em razão da desativação do sistema. O Decreto só entra em vigor 90 dias após a sua publicação. [Fonte](#): Agência Brasil

**Lei da Reciprocidade Econômica é publicada no Diário Oficial da União.** A [Lei nº 15.122](#), também identificada como a “Lei da Reciprocidade Econômica”, foi sancionada sem vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira, 14 de abril. O texto estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira. A lei representa uma ação estratégica do Brasil frente às medidas tarifárias impostas a dezenas de nações pelo governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No caso do Brasil, a tarifa foi de 10% sobre todos os produtos exportados para o mercado norte-americano. Exceção feita ao aço e ao alumínio, produtos brasileiros cuja sobretaxa imposta pelo governo norte-americano foi de 25%, o que afeta de forma significativa as empresas brasileiras. O Brasil é o terceiro maior exportador desses metais para os Estados Unidos. [Fonte](#): Agência Brasil

**De maneira nenhuma medidas do governo podem atrapalhar BC, diz Haddad.** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou na sexta-feira que medidas implantadas recentemente pelo governo federal, como o novo modelo de crédito consignado para trabalhadores do setor privado, “de maneira nenhuma” atrapalham o trabalho do Banco Central (BC) de controlar a inflação. “Há medidas que você não pode esperar para tomar”, disse em entrevista à Rádio Bandnews FM. No caso do consignado, ele citou o exemplo de uma família que paga juros mensais de 5% por um empréstimo. “Se você não oferecer alternativa agora, ela vai se tornar superendividada em poucos meses”, disse. Haddad destacou que os bancos públicos vêm oferecendo empréstimos no novo consignado com de juros de aproximadamente 2,5% ao mês. [Fonte](#): Valor Econômico

## Último Foco

**Advogado defende manutenção de artigo do Marco Civil da Internet em discussão no STF.** O advogado criminalista Sergio Rosenthal defende a manutenção do [artigo 19 do Marco Civil da Internet](#), que é objeto de discussão em duas ações que estão sendo julgadas pelo STF (Supremo Tribunal Federal). O artigo manda que provedores de conteúdo nas redes sociais só devem remover postagens por decisão judicial. Na semana passada, durante reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Carlos Baigorri, defendeu mudanças no artigo, para que as big techs sejam obrigadas a remover postagens contendo desinformação ou discurso de ódio mesmo sem determinação de um juiz. “A liberdade de expressão pressupõe a existência de abusos. Onde há liberdade, há a possibilidade de serem praticados abusos. É por isso que os abusos devem ser punidos, mas não podem ser evitados. A única forma de evitar que haja abusos é coartando a liberdade de expressão, o que é indesejável, além de inconstitucional”, afirma. Rosenthal diz que as redes, por outro lado, não podem permitir o anonimato nas redes. “A Constituição federal não admite o anonimato. Dessa forma, as redes sociais devem ser responsabilizadas caso permitam a prática de abusos por indivíduos que não possam ser identificados”, afirma. [Fonte](#): Folha de S. Paulo

**Governo buscará retomar pauta de regulação das redes no Congresso.** O governo federal vai tentar uma nova aproximação com o Congresso nas próximas semanas para que o tema da regulação das plataformas digitais volte à agenda dos legisladores, afirmou o Secretário de Políticas Digitais da Presidência da República,

João Brant. "O governo está terminando de definir sua posição de mérito e de estratégia. Nossa compreensão é que essa regulação precisa equilibrar três coisas: primeiro, a responsabilidade civil das plataformas; segundo, o que a gente chama de dever de prevenção e precaução, que significa a necessidade de atuar preventivamente para que não haja disseminação de conteúdos ilegais e danosos a indivíduos ou a coletividades; e terceiro, que elas atuem na mitigação dos riscos sistêmicos da sua atividade", defendeu Brant na última semana, em palestra na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). [Fonte:](#) Agência Brasil

**Projeto estende até o fim do ano prazo para micro e pequenas quitarem débito tributário.** O [Projeto de Lei Complementar 182/24](#) prorroga o prazo para que microempreendedores individuais (MEIs) e empresas de pequeno porte (EPPs) regularizem débitos com o Simples Nacional. O Simples é um regime tributário simplificado destinado a esses empresários. A Câmara dos Deputados analisa a proposta, que altera a lei do regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas ([Lei Complementar 123/06](#)). Segundo o projeto, durante o exercício de 2025, não haverá exclusão de ofício de MEIs e EPPs por débitos no Simples Nacional. Os débitos remanescentes deverão ser quitados até o final de 2025. [Fonte:](#) Agência Câmara

**Teles querem prorrogar benefício fiscal após aprovar R\$ 512 milhões para conectividade nas escolas.** Empresas de telecomunicações aprovaram, em 2024, R\$ 512 milhões para conectividade em escolas por meio de um benefício fiscal, segundo dados da Conexis, o sindicato nacional das empresas de telefonia, obtidos pela Coluna do Estadão. A modalidade permite investir diretamente até 40% do que as companhias pagariam ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Com base nesse resultado, o setor quer tornar perene o benefício, que acaba em dezembro de 2026. "A vantagem é que é muito mais ágil executar o projeto pelo setor privado do que pelo setor público. Enxuga a burocracia", argumenta o presidente-executivo da Conexis, Marcos Ferrari. No ano passado, pela primeira vez desde que foi criado, o Fust direcionou mais recursos do que o volume arrecadado no ano - foram R\$ 100 milhões a mais. Segundo a Conexis, foi liberado no período R\$ 1,29 bilhão (desse total, R\$ 512 milhões são do benefício fiscal, R\$ 722 milhões na modalidade reembolsável; e R\$ 57 milhões na modalidade não-reembolsável), enquanto o montante arrecadado somou R\$ 1,19 bilhão. O Fust foi criado em 2000, mas até 2023 não havia usado recursos para ampliar a conectividade. Esse uso é permitido desde 2020, quando houve uma mudança na lei que possibilitou a utilização do fundo para projetos de conectividade em áreas de baixo IDH e para conectar escolas públicas brasileiras. A legislação original limitava o uso das verbas apenas para serviço de telefonia fixa. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

**Trump nega exceção de tarifa para eletrônicos e diz que itens serão colocados em categoria diferente.** Depois de o secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, dizer no domingo, 13, que a isenção de tarifas sobre produtos tecnológicos importados anunciada na sexta-feira, 11, é "temporária" e que em breve serão adotadas alíquotas específicas para semicondutores, o presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou que "não foi anunciada nenhuma exceção de tarifas na sexta-feira". "Ninguém vai ficar livre por causa das balanças comerciais injustas e das barreiras tarifárias não monetárias que outros países usam contra nós, especialmente a China - que, de longe, nos trata da pior maneira", escreveu Trump em sua rede social, Truth Social. Ao dizer que nenhuma "exceção" tarifária foi anunciada, o presidente norte-americano acrescentou que "estes produtos (tecnológicos) estão sujeitos à tarifa de fentanil de 20% já existente, e eles estão sendo apenas colocados em um 'balde' tarifário (uma categoria) diferente". [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo